

ESTADO DE SÃO PAULO



www.camarafranca.sp.gov.br

À Coordenadoria Legislativa A/C

Maria Laura de Oliveira Souza

Minuta de Parecer do PL nº 35/2021

Assunto: Autoriza o Poder Executivo a receber, da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, através do instituto de DOAÇÃO, a título gratuito, o imóvel ocupado pelo Museu Histórico Municipal "José Chiachiri", situado na Rua Campos Salles, nº2.010, e dá outras providências.

Autoria: Prefeito Municipal.

MANIFESTAÇÃO DO DEPARTAMENTO JURÍDICO

Em atendimento à solicitação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, vimos, nos termos do Ato da Presidência nº 21/2018, apresentar, com fulcro nas atribuições funcionais do Departamento Jurídico, a minuta de Parecer obrigatório das comissões competentes, para apreciação e aprovação dos nobres vereadores.

Ressaltamos que a Minuta do Parecer se reporta, exclusivamente, ao caráter técnico da propositura, fugindo de nossa competência e de nossa intenção formar qualquer juízo de valor sobre o mérito, atribuição que compete aos ilustres parlamentares.

Abaixo, segue a minuta, s.m.j. e sub censura.

Franca, 10 de março de 2021.

Maria Fernanda Bordini Novato Advogada - OAB/SP n° 215.054

Taysa Mara Thomazini. Advogada – OAB/SP n°196.722



ESTADO DE SÃO PAULO

www.camarafranca.sp.gov.br



MINUTA DE PARECER DAS COMISSÕES PERMANENTES:

COMISSÕESDE:

LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

FINANÇAS E ORÇAMENTOS.

PARECER CONJUNTO

PROJETO DE LEI 35/2019

AUTORIA: Sr. Prefeito

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo a receber, da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, através do instituto de DOAÇÃO, a título gratuito, o imóvel ocupado pelo Museu Histórico Municipal "José Chiachiri", situado na Rua Campos Salles, n 2.010, e dá outras providências.

I – RELATÓRIO E OBJETIVOS DO PROJETO:

O Projeto autoriza o Município a receber em doação do Estado de São Paulo o imóvel descrito em fls.03, local onde está instalado o Museu Histórico Municipal "José Chiachiri".

II – PARECERES:

As competências das Comissões que a este parecer conjunto subscrevem, estão especificadas no Regimento Interno (artigo 40, c/c o artigo 125).

O assunto corresponde a interesse local do Município, de forma que este é o ente competente para propô-lo, nos termos do art. 30, I, da CF/88.

Quanto à competência da autoridade, correta a iniciativa do Prefeito, já que a matéria dispõe sobre a aquisição de bem imóvel pelo Município, a título de doação, nos termos do artigo 15, VIII da LOMF, atendendo assim, o princípio da separação dos Poderes, disposto no art. 2°, da CF/88, e do art. 5° da Constituição do Estado de São Paulo.

No que se refere à análise material, entendemos que há adequação do conteúdo do projeto com os preceitos da Constituição Federal.



ESTADO DE SÃO PAULO





Também não vislumbramos confronto no aspecto legal, já que cumpre as exigências do artigo 15, VIII da LOMF.

No entanto, a análise aqui é feita pura e simplesmente, em relação a doação, que se apresenta sem encargo; posto que o mérito do caso, deve ser analisado, por cada Vereador, posto que não consta nos autos, nenhuma documentação para ser analisada, nem mesmo a certidão de propriedade do imóvel que será objeto da doação.

Assim, quanto aos aspectos da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, o Projeto, no que tange a doação, sem encargo, está adequado às normas do Ordenamento Jurídico Brasileiro.

No que se refere ao Mérito, o Projeto está ligado à gestão dos bens públicos.

No tocante ao Quórum de votação, exige-se maioria simples de votos, nos termos da LOMF.

III – DECISÃO DAS COMISSÕES:

A Comissão de Justiça e Redação, em seus estritos limites, remete o Projeto à alta consideração e deliberação do Augusto Plenário, a quem cabe a decisão final, pois a matéria está redigida e elaborada dentro das normas legais e das normas técnicas de redação legislativa.

Quanto às Comissões de Mérito, conclui-se que não há óbice ao Projeto em questão.

Ao Egrégio Plenário, para decisão soberana.

Câmara municipal, em 10 de março de 2021.

AS COMISSÕES DE:

LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Ver. Carlinhos	Petrópolis	Ver. Luiz Amaral.	Ver. Daniel Bassi.
	Ver. Lindsay Cardo:		Ver. Pastor Palamoni.



ESTADO DE SÃO PAULO





FINANÇAS E ORÇAMENTO.						
Ver.Donizete da Farmácia.	Ver. Carlinhos Pet	rópolis	Ver. Gilson Pelizaro.			
Ver. Zezinho Cabele	ileiro.	Ver. Lurdinha	Granzotte.			